

Editorial

Prezados(as) leitores(as),

É com grande satisfação que apresento esta edição especial da *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (RTCE/SC)*, lançada em consonância com a celebração do **septuagésimo aniversário do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)**. Celebrar setenta anos de trajetória significa reconhecer a construção sólida de uma instituição que, ao longo de décadas, dedicou-se incansavelmente à promoção da transparência, da responsabilidade e da excelência na administração pública. O TCE/SC, ao alcançar essa marca significativa, reafirma seu papel fundamental como guardião dos recursos públicos e como agente de transformação social, consolidando-se como referência nacional no controle externo e na governança pública.

Esta edição oferece um panorama abrangente e aprofundado das temáticas que mais impactam a gestão pública contemporânea, reunindo uma série de trabalhos que abordam questões centrais para o aprimoramento do controle externo e da administração pública, sempre pautados pelo rigor metodológico e pela relevância prática.

Abrindo os destaques desta edição, na **Seção Especial**, temos o trabalho intitulado **25 anos do Instituto de Contas, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: compartilhando conhecimentos, fortalecendo o controle externo**, de Daniela Fernanda Sbravati e de Elisete Gesser Della Giustina Da Correggio. Esse artigo resgata a trajetória dos **25 anos do Instituto de Contas do TCE/SC (Icon)**, mostrando sua história, suas principais ações e desafios e reafirmando seu papel estratégico na formação de servidores e na promoção de uma administração pública mais capacitada e inovadora. Na sequência, apresentamos o artigo de homenagem dedicado a **Salomão Ribas Junior**, figura de relevância ímpar no cenário do controle externo brasileiro, com o título **Salomão, o conselheiro dos Conselheiros**, de Ricardo André Cabral Ribas. Sua trajetória é lembrada por sua liderança visionária, pela atuação marcante no TCE/SC e pela contribuição nacional, por meio de entidades como a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), destacando suas inovações institucionais, ética, sensibilidade e paixão pelo serviço público.

Avançando para a **Seção de Artigos**, iniciamos com o estudo **A redução equitativa da indenização na responsabilidade por dano ao erário: análise do Acórdão nº 1.835/2024 do TCU no caso da Refinaria Abreu e Lima**, de Guilherme Henrique Lima Reinig e de Otávio Sendtko Ferreira. O artigo analisa a aplicação do art. 944,

parágrafo único, do Código Civil, para reduzir indenizações com base em proporcionalidade e equidade, mesmo em casos dolosos, contrastando com o princípio da solidariedade passiva do art. 942 e seus reflexos na segurança jurídica. O artigo seguinte, intitulado **Controle externo de processos legislativos: um novo papel do Tribunal de Contas no controle de constitucionalidade e legalidade**, de André Sberze, apresenta casos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ilustrando o exercício eficaz do controle externo sobre processos legislativos municipais e estaduais, com o uso de medidas cautelares para prevenir a aprovação de leis inconstitucionais, e demonstrando o papel ativo das Cortes de Contas na proteção da legalidade.

Em seguida, apresentamos o artigo **O controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul na compra de vagas para educação infantil à luz da Lei nº 14.133/2021**, de Roberto Silva Pereira, de Francisco Pedro Jucá e de Thaís Xavier Ferreira da Costa, que trata sobre o credenciamento de instituições privadas para oferta de vagas em educação infantil no município de Dourados/MS, à luz da nova Lei de Licitações, discutindo aspectos relativos à legalidade, à sustentabilidade financeira e à governança pública. Destacamos, também, o artigo **Prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória no âmbito do TCE/SC: leitura crítica da Lei Complementar (estadual) nº 819/2023**, do Conselheiro e Presidente do TCE/SC, Herneus João De Nadal, de Raquel Terezinha Pinheiro Zomer e de Eduardo Zanferari, que examina a Lei Complementar nº 819/2023, que regulamenta os prazos prescricionais no âmbito do TCE/SC, abordando seus avanços e as questões práticas que ela suscita no contexto do controle externo.

A modernização da infraestrutura pública ganha atenção especial em estudo intitulado **Contratos de eficiência da Nova Lei de Licitações: instrumento jurídico para a modernização da iluminação pública nos municípios brasileiros**, de Evelyn Scapin e de Fernando Gallacci, que avalia o contrato de eficiência na iluminação pública, previsto na Lei nº 14.133/2021, ressaltando a importância de instrumentos contratuais vinculados a resultados para a otimização de recursos municipais. A área da saúde pública também é objeto de investigação com o trabalho **O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e o direito fundamental à saúde: possibilidades para o exercício do controle externo**, de Elusa Cristina Costa Silveira, que demonstra a relevância do TCE/SC na avaliação e no aprimoramento das políticas públicas que garantem o direito fundamental à saúde, especialmente diante dos desafios orçamentários e administrativos contemporâneos.

Finalizando a parte de artigos científicos, um estudo sobre consórcios públicos, intitulado **Governança colaborativa nos consórcios públicos: uma análise crítica dos paradoxos estruturais**, de Henrique Lapa Lunardi, destaca sua importância como instrumento de gestão colaborativa e eficiente entre municípios, contribuindo para o desenvolvimento regional e a melhoria da prestação dos serviços públicos.

Na **Seção de Trabalho Técnico**, o relato de experiência, intitulado **Racismo e branquitude: considerações para início de conversa**, de Carolina Cavalcanti do Nascimento, traz uma reflexão sobre as relações étnico-raciais a partir dos Estudos Críticos da Branquitude, evidenciando como o letramento racial pode ser ferramenta essencial para fomentar ações antirracistas nas instituições públicas brasileiras.

Encerrando esta edição, apresentamos a **Seção de Jurisprudência Seleccionada**, alinhada a temas atuais e relevantes, oferecendo ao leitor subsídios práticos e reflexões jurídicas aplicadas ao cotidiano das instituições públicas.

Ressaltamos que todos os trabalhos foram elaborados com o rigor acadêmico e a profundidade analítica que caracterizam nossa publicação. Cada texto representa não apenas o empenho individual de seus autores, mas também o trabalho de uma comunidade dedicada à produção e à disseminação de conhecimento de qualidade, com impacto direto na melhoria da gestão pública.

A *RTCE/SC* está disponível em **acesso livre e irrestrito**, nas versões impressa e digital — gratuitamente no portal do TCE/SC e na plataforma Fórum Conhecimento Jurídico (essa última, com acesso restrito a assinantes). Assim, garantimos que leitores de qualquer lugar possam usufruir dos saberes reunidos nesta publicação.

Agradecemos aos autores, revisores, leitores e à equipe que torna possível cada nova publicação. Esperamos que esta edição especial inspire a reflexão, fortaleça o diálogo e continue a ser um espaço para ideias que transformam, reafirmando nosso papel de contribuir para uma administração pública mais justa, inovadora e eficaz.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa, enriquecedora e transformadora.

Conselheiro **Adircélio de Moraes Ferreira Júnior**

Presidente do Conselho Editorial